

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.807.014 - SP (2019/0092839-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PETROS
ADVOGADOS : TERESA CRISTINA AMORIM PERES DA SILVA - DF026817
GUSTAVO GONÇALVES GOMES E OUTRO(S) - SP266894
LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA - DF052895
EMBARGADO : JUAREZ CARLOS ANTONIO
ADVOGADO : PAULO CÉSAR COELHO - SP196531

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos em face de decisão em que neguei provimento ao recurso especial interposto pela parte contrária.

Em seu recurso, o embargante sustentou que a decisão embargada é omissa quando à majoração dos honorários advocatícios, nos termos do artigo 85, § 11, do novo Código de Processo Civil.

Regularmente intimada, a parte embargada não se manifestou.

Da análise dos autos, verifico que merecem provimento os embargos para fins de aplicação da disposição contida no parágrafo 11 do artigo 85 do CPC/2015.

Com efeito, o TJSP certificou que o acórdão recorrido foi disponibilizado para publicação no dia 1º de agosto de 2018, portanto, na vigência do CPC/2015.

Consoante o Enunciado Administrativo n. 7, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016, nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, é possível o arbitramento de honorários sucumbenciais em sede de recurso, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015.

Nesse sentido confirmam os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) –
HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS - AÇÃO DE
COBRANÇA DECORRENTE DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE IMPRESSÃO
JULGADA PROCEDENTE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE
NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA
RÉ.

(...)

2. Tal como mencionado no enunciado nº 6 do Plenário do STJ na

sessão de 9 de março de 2016, em virtude da irretroatividade da lei, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC", porquanto a parte recorrente estará ciente da norma penalizadora daquele que, de certo modo, pretende apenas protelar o desfecho da demanda face o manejo de reclamos sem chance de êxito. Desta forma, para os recursos interpostos contra deliberação publicada a partir de 18 de março de 2016, data da entrada em vigor do CPC/2015, aplicar-se-á o novo ordenamento normativo, inclusive no que tange à possibilidade de majoração dos honorários estabelecida no artigo 85, § 11.

3. Quanto à possibilidade de majoração dos honorários sucumbenciais por força da interposição de recurso, nos termos do artigo 85, § 11, do novo CPC/2015, essa somente ocorrerá quando a sucumbência, ou seja, a proporção de vitória/derrota das partes já estiver estabelecida nas instâncias precedentes, tendo-se por certo o desfecho da "disputa judicial" sobre a qual a lei conferiu o direito de honorários advocatícios ao patrono vencedor.

4. Certamente, não poderá coexistir, em grau recursal, o reconhecimento da sucumbência com a referida majoração dos honorários, tanto por incongruência de procedimento quanto em virtude de a própria lei ter assentado que o acréscimo será dos "honorários fixados anteriormente". Nessa medida, somente no grau recursal imediatamente superior àquele no qual já fixada a sucumbência anterior poderá ocorrer o aumento preconizado pelo § 11 do artigo 85 do NCPC.

(...)

7. Agravo interno desprovido, sem a aplicação da majoração dos honorários nos termos do art. 85, § 11, do NCPC. (AgInt no AREsp 829.107/RJ, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 4/10/2016, DJe 6/2/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ARTIGO 461 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. ASTREINTES. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. MULTA DO ART. 1.021, DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 11, CPC/2015. INAPLICABILIDADE. CÓDIGO DE PROCESSO

Superior Tribunal de Justiça

CIVIL DE 2015. VIGÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA.
PUBLICAÇÃO ANTERIOR.

(...)

4. O Enunciado Administrativo nº 7 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1025941/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 23/6/2017)

Após o decurso do prazo para recurso, retornem os autos conclusos à esta relatoria, para a análise do agravo interno interposto pela outra parte, às fls. 637/640 e-STJ.

Em face do exposto, acolho os embargos para, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majorar em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte embargante, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora